

FORMAÇÃO DE REDES PRODUTIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO NORDESTE BRASILEIRO: NOVAS PROPOSTAS DE JUSTIÇA SOCIAMBIENTAL PARA O SEMIÁRIDO

Eddla Karina Gomes Pereira

Universidade Federal Rural do Semiárido, e-mail eddlakgp@gmail.com

Resumo: A Economia Solidária (EcoSol) propõe o fortalecimento econômico, social e ambiental das comunidades, a partir da cooperação e da autogestão do trabalho coletivo, com base na premissa de que a formação de relações produtivas mais justas, sustentáveis e não hierarquizadas pode promover uma maior justiça socioambiental em contextos de maior vulnerabilidade. Fruto de uma conjuntura histórica de dominação, os espaços rurais brasileiros - particularmente, o semiárido brasileiro – foram objeto de políticas públicas pouco eficientes, dada a assimilação de valores culturalmente construídos conforme os padrões morais de supervalorização do urbano, o que foi responsável pela reprodução de relações excludentes em diversas conjunturas sociais. A formação de redes produtivas, como uma estratégia de fortalecimento comunitário coletivo, vem representando um recurso importante para a população rural, especialmente no semiárido potiguar, diante da edição de políticas públicas de estímulo à formação de grupos produtivos. Nesse sentido, entende-se relevante analisar em que medida a formação de redes sociais no semiárido brasileiro podem se reproduzir numa estratégia para uma maior justiça socioambiental nestes contextos? Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com coleta de dados via realização de entrevistas semiestruturadas, de natureza predominantemente qualitativa. Em sede de conclusão observa-se que os princípios de autogestão e do cooperativismo propagados pela EcoSol têm repercutido no fortalecimento de grupos produtivos do semiárido potiguar, o que contribui significativamente para ambientes de maior justiça socioambiental, mas é imprescindível a continuidade das políticas públicas de fortalecimento destes arranjos sociais para uma assessoria técnica capaz de consolidar destes grupos.

Palavras-chave: Economia Solidária; Redes Produtivas; Semiárido.

Introdução

Desde meados do século XVIII crescem progressivamente no mundo propostas contrárias ao capitalismo industrial, as quais buscam alternativas de organização econômica comprometida com a dignidade humana, com a qualidade de vida dos indivíduos, com o respeito à capacidade de resiliência do meio ambiente, tais como as ideias de novas formas de economia e de relações sociolaborais de Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier. Recentemente, novas iniciativas com estas perspectivas vêm ganhando projeção e ampliando o reconhecimento das capacidades e liberdades inatas aos indivíduos, sobretudo em ambientes de vulnerabilidade, tal qual o semiárido brasileiro.

A partir da década de 1960, as crises ambientais ao redor do mundo passaram a ser a força motriz para um conjunto de questionamentos acerca do modelo de desenvolvimento proposto pelo modo de produção capitalista. Os movimentos sociais, como ações das classes em busca de um projeto de mudança social (TOURAINÉ, 1977), passaram a promover mobilizações em nível mundial para questionar a capacidade da tecnologia de resolver as externalidades geradas pela lógica produtivista, bem como para buscar estratégias de configurações sociais mais comprometidas com a preservação dos recursos ambientais.

Neste contexto, a EcoSol, como uma proposta de desenvolvimento alternativo à lógica capitalista, individualista e hierarquizada (CAILLÉ, 2011), consiste num movimento contra-hegemônico que propõe a atuação social dos indivíduos (como produtores, comerciantes e consumidores) a partir de relações mutualísticas, sobretudo através da formação de cadeias produtivas calcadas na justiça socioambiental, na produção solidária e autogestionada, bem como na geração de renda que promove um desenvolvimento que respeita os direitos sociais básicos dos indivíduos.

Assim, objetiva-se analisar em que medida a formação de redes sociais no semiárido brasileiro podem se reproduzir numa estratégia para uma maior justiça socioambiental em contextos de maior vulnerabilidade, tal qual o semiárido brasileiro.

Metodologia

O presente artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica, baseada em fontes secundárias, tal como livros e artigos científicos. Trata-se de um trabalho de caráter descritivo-

analítico, já que “pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987), ao tempo em que discute os contextos apresentados.

Para fins de conferir maior substância à pesquisa bibliográfica, realizou-se uma pesquisa de campo, que utilizou a técnica de coleta de dados por meio da realização de entrevistas abertas com integrantes de redes sociais do semiárido do Rio Grande do Norte, dado o razoável nível de organização de grupos desta região. A amostra foi composta por 5 entrevistados, dentre dirigentes e produtores membros de associações locais.

Resultados e discussão

1 A formação das redes produtivas de economia solidária no nordeste brasileiro

Ao identificar o valor nato dos arranjos sociais produtivos, o Ceará, pioneiramente na região nordeste, junto a Pernambuco e Bahia, percebeu a economia solidária como uma estratégia viável de desenvolvimento do ponto de vista político, econômico e social, além de um importante instrumento de preservação de valores culturais. Naquele Estado foi criada uma Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1999, que, segundo Gonçalves (2009, p. 23), buscou articular a teoria da economia solidária, baseada na construção de uma racionalidade solidária na economia, com a transformação da sociedade por via da formulação de políticas públicas de desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários para a geração de emprego e renda, com a consequente redução da pobreza.

Segundo o Estatuto da ADS, a finalidade da agência seria

implementar uma política voltada para a economia solidária, viabilizar o surgimento de alternativas de trabalho e renda, incentivando a criação de empreendimentos de caráter solidário, e contribuir para o funcionamento dos mesmos na forma de redes, na perspectiva da sustentabilidade socioeconômica e da melhoria da qualidade de vida dos grupos envolvidos.

Outra experiência interessante da qual o semiárido cearense faz parte é a REDE JUSTA TRAMA, constituída em 2005. Trata-se de uma organização produtiva de vestuário criada a partir da lógica da economia solidária. Sua concepção foi idealizada por uma cooperativa de costureiras criada no Rio Grande do Sul chamada “Unidas Venceremos” (UNIVENS). A UNIVENS foi fundada em maio de 1996, por 35 mulheres com idades entre 18 e 70 anos, desempregadas, algumas sem saber costurar, que buscavam trabalho e renda, e que tinham a ideia de formar uma cadeia

produtiva do ramo do vestuário completamente sustentável. Somente começaram a ter apoio após dois anos da sua existência, mas alegam que sempre quiseram ter autonomia, por isso dispensaram muitas ajudas oferecidas.

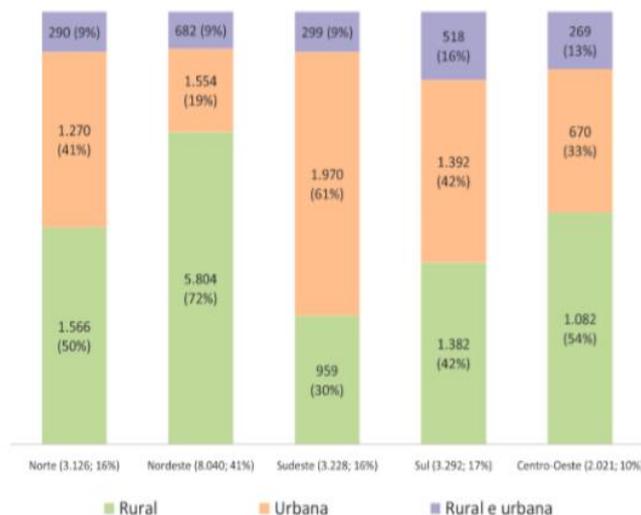
No desígnio de firmar parceiras para a formação de uma cadeia de economia solidária ecológica de algodão, coordenadores da UNIVENS procuraram convênios com entidades do semiárido do Ceará, inicialmente, para a produção de algodão, cultivado sem agrotóxico e com a preservação dos nutrientes do solo. Os agricultores de Tauá (CE), no contexto de crise de produção por conta da praga do bicudo, passaram por um processo de formação promovido pela Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural (ADEC), responsável por introduzir os princípios e formar uma racionalidade da economia solidária, inicialmente para 150 agricultores e agricultoras.

Gradativamente, introduziram-se ideias sobre a importância do uso de defensivos naturais, sobre a relevância do consórcio de cultivos - pois em área com variação de culturas é mais difícil o aparecimento de pragas, a ponto dos envolvidos internalizarem tais conhecimentos e verem os seus resultados positivos na produção. O algodão orgânico é vendido atualmente com um valor 100% maior que o algodão produzido com agrotóxico, o que equivale ao preço do melhor algodão do mundo, o egípcio.

Com o auxílio de técnicos da ADEC, a iniciativa ganhou projeção, despertando o interesse de franceses e norte-americanos. Posteriormente, a JUSTA TRAMA recebeu apoio da UNISOL BRASIL, uma associação civil com fins não econômicos, de âmbito nacional, que é uma central de cooperativas e empreendimentos solidários. A UNISOL foi responsável pela articulação de cooperativas de 5 regiões do país para fortalecer esta REDE, que conta atualmente com mais de 2000 produtores e produtoras, localizadas desde o Ceará e Mato Grosso do Sul (produção do algodão), a Roraima, onde os ribeirinhos colhem sementes e fazem botões e bijuterias, Minas Gerais e São Paulo, onde há a fiação e tecelagem, até Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde há a confecção e comercialização, inclusive para o exterior.

A partir de iniciativas dessa natureza, a crença da construção de uma ordem social mais justa e igualitária propaga-se no país e, especialmente, no nordeste, uma vez que a população tem percebido as várias iniciativas que a EcoSol estimula no escopo de fomentar estratégias de desenvolvimento, via trabalho autogestionado e cooperado. Assumindo os princípios da EcoSol, observam-se, no nordeste, experiências de crédito solidário, de educação em economia solidária via universidades, incubadoras de cooperativas, recuperação de empresas em falência, dentre outras.

Atualmente, dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) levantados a partir de um mapeamento de abrangência nacional, registrou Empreendimentos Econômicos de Economia Solidária (EEEs) em 2.804 municípios do Brasil. Dentre os Estados com o maior número de municípios com empreendimentos dessa natureza, destacam-se: Rio Grande do Sul (281), Bahia (222), São Paulo (201), Santa Catarina (191), Minas Gerais (188), Ceará e Pernambuco (ambos com 162 municípios). Em se tratando do quantitativo de EEEs por Estado, o Rio Grande do Sul é o que mais possui EEEs (1696), seguido por Pernambuco (1503), Bahia (1452), Ceará (1449), Pará (1358), Minas Gerais (1188), São Paulo (1167) e Rio Grande do Norte (1158). Do total de EEEs existentes atualmente no país, 41% estão localizados na região nordeste, onde ocupam majoritariamente a zona rural (72%), nos moldes do gráfico a seguir:



Quadro 1: Áreas de atuação dos EES conforme a região em 2010.
FONTE: Economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais (p. 37).

No nordeste, a grande parte dos EEEs é composta por associações (71%), sendo o maior percentual do Brasil, e em menor escala por grupos informais (21%). De tal constatação subentende-se que o agrupamento em redes sociais, formadas a partir da articulação de diversos movimentos sociais nesta região são importantes instrumentos de fomento e disseminação dos princípios da economia solidária, que muitas vezes já estavam inseridos nas práticas produtivas de produtores da região. Assim, por meio de variadas organizações sociais, como sindicatos e pastorais católicas, se formaram associações para organizar as atividades produtivas, as quais gradativamente se ligam a redes sociais com atuação e finalidade afins, imbuídas da missão de se fortalecerem mutuamente, fugindo da lógica exploratória e hierarquizada típica da produção capitalista.

Diálogos com membros de uma rede do semiárido potiguar revelaram que o/a trabalhador/a rural, via de regra, tem a disposição para manter vínculos de solidariedade com a comunidade do seu entorno, além de querer buscar no local onde vive a sua fonte de renda, uma vez que há, geralmente, um liame afetivo com o território ao qual pertence, pois “resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade” (Zhourri; Oliveira, 2007, p. 120). A economia solidária, nesse contexto, tem o objetivo de trazer respostas às expectativas de alguns produtores rurais, sobretudo moldando os valores e práticas tradicionais à abertura de novas estratégias de produção/comercialização, a partir da reordenação de lógicas equitativas e coletivas, muitas vezes já perpetradas, que resultam na revalorização do trabalho rural e no incremento de estratégias de convivência com as dificuldades existentes.

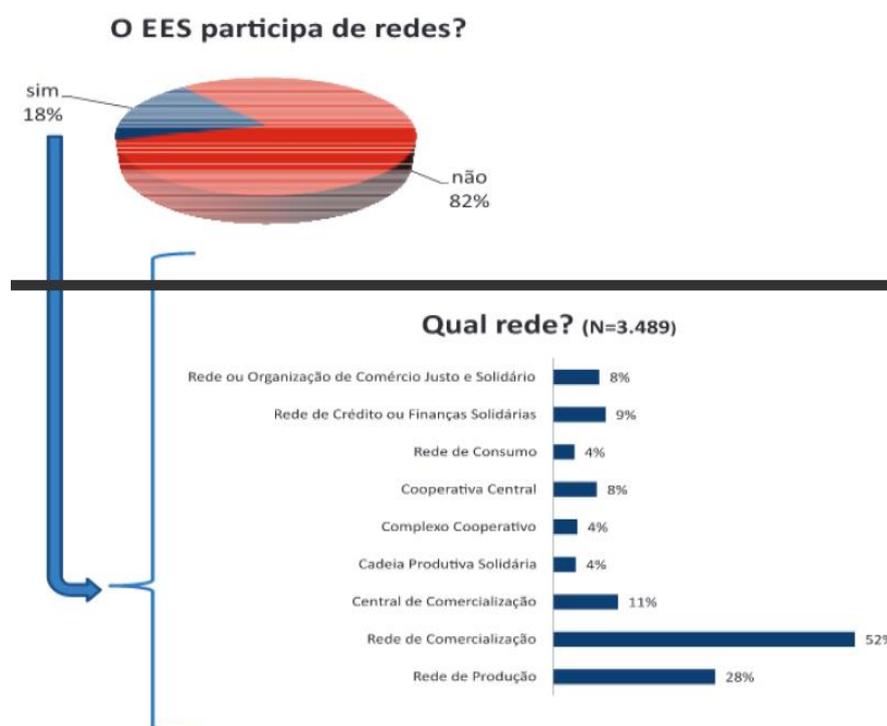
Como as relações de reciprocidade e de confiança facilitam as ações coordenadas e tendem a aumentar a eficiência da sociedade (Putman, 2007), a construção de uma racionalidade a partir da economia solidária no âmbito rural gera a expectativa de repercutir positivamente na construção de ações políticas mais participativas, na igualdade de gênero, na construção de cadeias produtivas mais sustentáveis e justas, ou seja, no desenvolvimento local.

Na região nordeste, 18% das associações e grupos informais de EcoSol participam de redes econômicas, seja de comercialização (52%) ou de produção (28%), a fim de possuírem uma assistência técnica mais substancial, além de se articular com outras cooperativas, agências de financiamento e com demais redes de produção e de comercialização. O papel das redes de EcoSol, assim, é articular os órgãos públicos, agências de fomento e os produtores, além de identificar/reconfigurar as vocações regionais existentes e criar, a partir daí, caminhos para fortalecer os produtores e potencializar os ganhos produtivos, gerando o mínimo possível de passivos ambientais.

Essas redes, pois, emergem como fatores de construção coletiva de um “novo contrato social”, que exige a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas e à diversidade de culturas (SILVA; SILVA, 2014). Possuem, portanto, a importância de reduzirem incertezas e riscos, criando estratégias coletivas para os produtores/produtoras se manterem competitivas economicamente, por exemplo, via comercialização em lojas da rede dos excedentes da produção, além de representarem um meio de

segurança alimentar¹ dos/as produtores/as, bem como de transformação das condições de trabalho e vida dos indivíduos envolvidos em projetos autogestionários (SILVA; SILVA, 2014).

O agrupamento em redes, pois, fomenta a noção de responsabilidade compartilhada, a formação de vínculos de coordenação e a disposição para autossustentação do empreendimento. Confrontando-se tal lógica com as propostas hegemônicas de produção, observa-se a inexistência da perspectiva concorrencial e de eliminação recíproca via competição, o que tende a repercutir numa configuração comunitária mais solidária e horizontal. Inúmeras são as finalidades específicas das redes, variando entre organizações de apoio à comercialização solidária e redes de crédito e produção:



Quadro 2: Participação dos EES em redes de produção, comercialização, consumo ou crédito (2010).

FONTE: Economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais (p. 44/45).

Do gráfico apresentado percebe-se que predominam no Brasil redes de comercialização, que assumem a função de negociar os excedentes produzidos pelos seus integrantes, tal como a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, localizada no Oeste potiguar, que comercializa produtos de agricultores/as de cerca de 19 municípios do Estado do Rio Grande do Norte e que tem

¹ Segunda a FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, segurança alimentar consiste no estado em que os indivíduos têm acesso físico e econômico a uma alimentação que seja suficiente, segura, nutritiva e que atenda às necessidades nutricionais e preferências alimentares, de modo a propiciar vida ativa e saudável (Disponível em: < <http://www.fao.org/brasil/pt/>>. Acesso em setembro 2016).

articulação com outras redes do Brasil, a exemplo da RESF – Rede de Economia Solidária e Feminista.

Conclusões

A formação de redes sociais no semiárido potiguar a partir da auto-organização de grupos produtivos tem figurado um importante mecanismo de fomento a princípios e práticas que favorecem a uma maior justiça socioambiental em contextos de maior vulnerabilidade, tal qual o rural. Isto porque recorrem a práticas mais justas do ponto de vista ambiental, social e econômico, tal como a articulação para a formação de arranjos produtivos que se baseiam em princípios não-exploratórios, tais como a cooperação, o compartilhamento de saberes e a geração de renda via trabalho solidário.

Reflexamente, observa-se maior preocupação dos produtores com a qualidade dos alimentos e o aumento da importância que conferem ao uso de práticas produtivas sustentáveis. A integração das mulheres em grupos produtivos tem contribuído, ademais, para desnaturalizar as relações de gênero por meio de críticas aos papéis ocupados pelas mulheres historicamente, sobretudo no meio rural, o que tem colaborado para o empoderamento feminino na região. A EcoSol, neste contexto, ao propor uma economia que provoca inclusão social via geração de renda e fortalecimento comunitário, à luz dos princípios da cooperação e da autogestão, fomenta relações intersubjetivas mais iguais.

Há, entretanto, fragilidades das políticas públicas que fomentam iniciativas contra-hegemônicas no Brasil, tanto por limitações orçamentárias, como pelas crises institucionais que recorrem ao enxugamento destas iniciativas, o que denuncia as suas fragilidades e evidencia que há potencialidades viáveis de propostas de desenvolvimento no Brasil que ainda são subdimensionadas, tal como a EcoSol. A descontinuidade das políticas públicas, ainda, representa outra problemática que precisa ser superada, a fim de que os resultados alcançados sejam mais eficientes.

Cumprir destacar, ainda, que quando do planejamento e da implementação das políticas públicas, em nível macroinstitucional, é relevante a institucionalização de iniciativas que gerem empoderamento e respeitem a autonomia que deve orientar os movimentos sociais. Observa-se, em alguma medida, no âmbito rural, sobretudo, uma expectativa de que o poder público conceba políticas a partir de uma concepção paternalista, dada a postura tradicional do Estado em relação à população do campo. As políticas que têm como base a EcoSol, ao revés, têm a perspectiva de que

ações públicas contemplem e fortaleçam a autonomia dos grupos sociais, sobretudo porque entendem que as decisões cooperadas pressupõem a ausência de dependência ou de subordinação em qualquer nível.

Referências

CAILLÉ, Alain. **10 questões para Alain Caillé**: entrevista concedida à Valéry Rasplus. Tradução de Maíra Albuquerque. Nouvel Obs Blogs. Publicada em 01 de março de 2011.

GAIGER, Luiz Inácio G. (org.). **Economia solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. Disponível em:<<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>.

GONÇALVES, Alícia. **Experiências em economia solidária**. Campinas: CMU/UNICAMP, 2009.

PUTMAN, R. D.. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZHOURI, A.; Oliveira, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, 10(2), 119-135, 2007.